

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.519 - RJ (2019/0289470-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE NITERÓI - RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE SÃO VICENTE - SP
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal da 2ª Vara de Niterói – SJ/RJ em face de decisão do Juízo Federal da 1ª Vara de São Vicente – SJ/SP que se reputou incompetente para conduzir inquérito policial instaurado para apurar saque fraudulento de parcela do seguro-desemprego de pessoa residente em Niterói/RJ.

Segundo consta dos autos, a Sra. ELIZABETH CRISTINA DA CONCEIÇÃO se dirigiu à agência da Caixa Econômica Federal em Niterói/RJ para sacar a segunda parcela do seguro desemprego a que fazia jus e foi informada pelo caixa da agência que tal parcela já havia sido paga, em agência de Praia Grande/SP.

Em manifestação, o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro faz referência a relatório policial no qual se esclarece:

"Análise dos dados extraídos do SISCART indicam (sic) que foram instaurados 89 IPLs na delegacia de Santos todos cujas vítimas residem no estado do Rio de Janeiro, sendo 47 oriundos da delegacia de Niterói, 15 da delegacia de Macaé, 03 da SR do Rio de Janeiro, 11 da delegacia de Campos dos Goytacases, e 02 oriundos de vítimas residentes na circunscrição de Nova Friburgo/RJ. Perfaz-se um total de 78 IPLs oriundos de delegacias do Rio de Janeiro. Outras 03 notícias de crimes advieram de outros locais e consta ainda da tabela de fl. 32 e ss 08 saques fraudulentos de seguro defeso cujas vítimas seriam de outras regiões. De acordo com a tabela, e no decorrer das investigações, apurou-se que foram registrados perante o TEM Niterói/RJ 143 contestações de saques fraudulentos de vítimas naquela região, dos quais 47 saques nesta circunscrição, não se sabe quantos saques foram efetuados no Rio de Janeiro/RJ ou em Niterói/RJ, 65 registros de saques fraudulentos foram feitos na circunscrição de Macaé/RJ- informação MTE, dos quais somente 15 saques foram feitos na circunscrição de Santos e 129

Superior Tribunal de Justiça

registros referentes a vítimas em Campos de Goytacases/RJ, dos quais 87 se deram no Rio de Janeiro/RJ e somente 11 saques foram feitos nesta circunscrição. Apenas 03 saques referentes ao Rio de Janeiro/RJ foram feitos nesta circunscrição. Não se sabe o total de contestações que possam ter ocorrido no Rio de Janeiro/RJ. Depreende-se que das 393 ocorrências de saques referentes às vítimas nos municípios de Niterói, Macaé, Campos dos Goytacases e Nova Friburgo, é certo que comprovadamente 118 saques foram feitos no Rio de Janeiro/RJ-capital, não se tendo dados referentes ao total de saques que efetivamente possam ter ocorrido naquela capital”.

(e-STJ fls. 64/65)

O Juízo suscitado (de São Paulo), acolhendo manifestação ministerial, ponderou que, diante dos fortes indícios de atuação de grupo criminoso no Rio de Janeiro, perpetrando diversas fraudes, com o mesmo *modus operandi*, é aconselhável a concentração de esforços num único Juízo, para possibilitar, inclusive, a aferição da real extensão das práticas delituosas.

Por sua vez, o Juízo suscitante (do Rio de Janeiro) defende que, independentemente do número de infrações, nos delitos de estelionato, a consumação ocorre por ocasião da efetiva obtenção da vantagem indevida (*in casu*, o saque do seguro-desemprego), ocorrido em agência da Caixa Econômica Federal localizada em Praia Grande/SP.

Instado a se manifestar sobre a controvérsia, o órgão do Ministério Público Federal que atua perante esta Corte opinou pela competência da Justiça Federal paulista, a suscitada, em parecer assim ementado:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SAQUE FRAUDULENTO DE PARCELA DO SEGURO-DESEMPREGO. VALORES NÃO LEVANTADOS DE CONTA BANCÁRIA DA VÍTIMA, MAS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, AGINDO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL APENAS COMO ÓRGÃO PAGADOR. PARECER PELA COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

É o relatório. Passo a decidir.

O conflito merece ser conhecido, uma vez que os Juízos que

Superior Tribunal de Justiça

suscitam a incompetência estão vinculados a Tribunais diversos, sujeitando-se, portanto, à jurisdição desta Corte, a teor do disposto no art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Questiona-se, nos autos, a competência para a condução de Inquérito Policial no qual se apura suposto delito decorrente de saque fraudulento de valores de seguro desemprego de titularidade de vítima cuja conta corrente é vinculada a agência da Caixa Econômica Federal localizada em Niterói/RJ, por pessoa desconhecida que teria sacado os valores em agência na cidade de Praia Grande/SP.

A resposta à questão demanda, primeiramente, uma definição, ainda que provisória, visto tratar-se de investigações ainda em andamento, do delito que melhor se amoldaria à conduta descrita.

Deve-se lembrar que, no furto mediante fraude, procura-se iludir a vigilância do ofendido, de forma que ele não se aperceba de que o bem subtraído está saindo da esfera de seu patrimônio e ingressando na disponibilidade do sujeito ativo. Já no estelionato, diferentemente, a fraude tem por objetivo fazer com que a própria vítima incida em erro e seja induzida a, voluntariamente, se despojar de seus bens, com a consciência de que eles estão saindo de seu patrimônio e ingressando na esfera de disponibilidade do autor.

No caso concreto, a vítima não colaborou de forma consciente para a consumação do delito, pois não chegou a manter nenhum contato com os fraudadores que tiveram acesso aos meios para efetuar saque em sua conta de seguro desemprego sem a sua anuência, nem conhecimento, o que leva a crer que o delito investigado melhor se amolda ao furto qualificado pela fraude, previsto no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal.

Com efeito, a Terceira Seção desta Corte tem entendido que “configura o crime de furto qualificado pela fraude a subtração de valores de conta corrente, mediante transferência ou saque bancários sem o consentimento do correntista; assim, a competência deve ser definida pelo

Superior Tribunal de Justiça

lugar da agência em que mantida a conta lesada.” (CAAt n. 222/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Terceira Seção, julgado em 11/5/2011, DJe 16/5/2011).

Confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO MEDIANTE FRAUDE. TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA VIA INTERNET SEM O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA. CONSUMAÇÃO NO LOCAL DA AGÊNCIA ONDE O CORRENTISTA POSSUI A CONTA FRAUDADA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que a subtração de valores de conta corrente, mediante transferência fraudulenta, utilizada para ludibriar o sistema informatizado de proteção de valores, mantidos sob guarda bancária, sem consentimento da vítima, configura crime de furto mediante fraude, previsto no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal - CP.

2. O delito em questão consuma-se no local da agência bancária onde o correntista fraudado possui a conta, nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal - CPP; no caso, na Comarca de Barueri/SP.

Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Barueri/SP, o suscitado.

(CC 145.576/MA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe 20/04/2016) – negritei.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO PENAL. FURTO MEDIANTE FRAUDE. TRANSFERÊNCIA DE VALORES DE CONTA BANCÁRIA. CONSUMAÇÃO NO LOCAL DA AGÊNCIA ONDE O CORRENTISTA FRAUDADO POSSUI A CONTA. ART. 70 DO CPP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

A Terceira Seção desta Corte tem entendido que o delito de furto qualificado, mediante a transferência eletrônica fraudulenta no sistema bancário, consuma-se no local da agência onde o correntista fraudado possui a conta, sendo, portanto, competente o Juízo do local dessa agência, nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal - CPP.

No caso dos autos, a vítima lesada possui conta-corrente na

Superior Tribunal de Justiça

agência bancária do Banco do Brasil situada na cidade do Porto Velho - RO, sendo, assim, competente para o processamento e julgamento do feito o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Porto Velho-RO.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Porto Velho-RO, o suscitado.

(CC 136.470/MA, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/11/2014, DJe 05/12/2014) – negritei.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. CRIME DE FURTO MEDIANTE FRAUDE. TRANSFERÊNCIA FRAUDULENTA DE VALORES ENTRE CONTAS BANCÁRIAS. LOCAL DA CONSUMAÇÃO.

1. Nos termos do entendimento da Terceira Seção desta Corte, a subtração de valores de conta-corrente, mediante transferência fraudulenta para conta de terceiro, sem consentimento da vítima, configura crime de furto mediante fraude, previsto no art. 155, § 4º, inciso II do Código Penal.

2. É competente o Juízo do lugar da consumação do delito de furto, in casu, o local em que se situa a conta bancária subtraída.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 5ª Vara de Santos - SJ/SP, o suscitado.

(CC 131.043/MA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2014, DJe 14/10/2014) – negritei.

Vê-se, assim, que, caracterizando-se o delito investigado como furto mediante fraude, é competente para sua apuração o Juízo do lugar em que se situa a conta bancária da vítima.

Ante o exposto, com amparo no art. 34, XXII, do Regimento Interno do STJ, na redação da Emenda Regimental n. 24/2016, **conheço do conflito** para declarar competente para a condução do Inquérito Policial o Juízo Federal da 2ª Vara de Niterói – SJ/RJ, o suscitante.

Dê-se ciência aos Juízes em conflito.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Ministro

